

O Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2003 : Rumo a um Mundo Livre de Minas

PRINCIPAIS DESCOBERTAS

É bastante evidente pela abrangência das informações do Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2003 (*Landmine Monitor Report 2003*) que o Tratado de Banimento das Minas Terrestres e o movimento pelo banimento das minas estão alcançando avanços significativos e salvando vidas e membros de pessoas em todas as regiões do mundo. No entanto, os desafios continuam.

A apuração das informações do Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2003 foi de maio de 2002 a maio de 2003. Os editores incluíram, onde foi possível, importantes informações que chegaram em junho e julho de 2003. As estatísticas de ações contra as minas e acidentes com minas terrestres, em regra, foram fornecidas ao longo do ano de 2002.

+AUMENTO DA REJEIÇÃO INTERNACIONAL AS MINAS ANTIPESSOAL

Até 30 de setembro de 2003, 139 países se tornaram Estados Partes do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, e outros 11 assinaram mas não o ratificaram¹, constituindo assim mais de três quartos das nações do mundo. Desde a publicação do último relatório Monitor de Minas Terrestres, catorze países ingressaram no tratado, incluindo Afeganistão e Chipre, ambos afetados pelas minas.

-DESAFIOS DE UNIVERSALIZAÇÃO

Quarenta e seis países, que com os estoques somados acumulam 200 milhões de minas antipessoal, continuam fora do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. Nestes estão incluídos três dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (China, Rússia e Estados Unidos), a maioria do Oriente Médio, a maioria das antigas repúblicas da União Soviética e muitos países da Ásia.

+MENOS GOVERNOS USANDO MINAS ANTIPESSOAL

Neste período do relatório (desde maio de 2002), ao menos seis governos usaram minas antipessoal, comparados com o mínimo de nove governos segundo o Relatório do Monitor de Minas Terrestres 2002. Até julho de 2003, apenas dois governos – Mianmar e Rússia – usaram minas antipessoal de uma forma regular. Forças do governo no Afeganistão, em Angola e no Sri Lanka usaram minas antipessoal no período anterior ao reportado no relatório, mas não ao longo do período. Assim como o Afeganistão, Angola agora é Estado Parte do Tratado de Banimento das Minas Terrestres.

¹ Incluindo os países que assinaram nos últimos dois meses: Belarus, Guiana, Sérvia e Montenegro, Grécia e Turquia.

-POSSÍVEL USO DE MINAS ANTIPESSOAL POR PARTE DE SIGNATÁRIOS DO TRATADO DE BANIMENTO DAS MINAS TERRESTRES

O Monitor de Minas Terrestres não pôde concluir em definitivo que 13 governos signatários usaram minas antipessoal ao longo deste período reportado, mas recebeu relatos constrangedores do uso das minas antipessoal por parte do Exército de Burundi. Existem também sérias alegações do uso por parte de forças do governo no Sudão. Ambos os governos negam ter plantado minas no solo.

-NOVO E CONTÍNUO USO PELOS GOVERNOS

O único governo a ser somado à lista de países que usam minas é o Iraque, uma vez que as forças de Saddam Hussein usaram minas antipessoal antes e durante o conflito de 2003 no Iraque. Os governos da Índia, Paquistão, Nepal e Rússia confessaram o uso das minas antipessoal durante o período do relatório. Também é claro que forças do governo na Birmânia continuam plantando minas no solo. Existem também relatos de credibilidade do uso por parte da Geórgia, mas o governo nega.

+MENOS ATORES NÃO-ESTATAIS USANDO MINAS ANTIPESSOAL

Relatos indicam que grupos de oposição usaram minas antipessoal em pelo menos onze países: Birmânia, Burundi, Colômbia, República Democrática do Congo, Geórgia (Forças Abkhaziãs), Índia, Nepal, Filipinas, Rússia (Forças da Chechênia), Somália e Sudão. Isso comparado a relatos do uso de atores não-estatais em pelo menos catorze países no período do relatório anterior.

+COMPROMISSOS DE ATORES NÃO-ESTATAIS

Ao longo do período do relatório, dois grupos de Curdos do Iraque e 15 facções na Somália assinaram o Documento de Compromisso de Genebra para atores não-estatais, concordando em implementar um banimento abrangente das minas antipessoal.

+QUEDA NA PRODUÇÃO

Ao menos 36 países cessaram a produção de minas antipessoal, incluindo trinta Estados Parte do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, e seis não-signatários (Finlândia, Grécia, Israel, Polônia, Sérvia e Montenegro, e Turquia). Taiwan também parou de produzi-las. Em vários países que não paralisaram a produção formalmente, há indícios de que não houve produção há alguns anos, tais como nos Estados Unidos (desde 1997), Coreia do Sul e Egito. A Rússia declarou que nos últimos oito anos não produziu sua mina mais poderosa (as da série PMN) ou as PFM-1 de dispersão, as minas “Borboletas”.

- PRODUÇÃO EM ANDAMENTO

O Monitor de Minas Terrestres identificou quinze países como produtores de minas antipessoal, embora não seja conhecido quantos estiveram ativamente produzindo minas no período do relatório. Pela primeira vez, o Nepal admitiu que produziu minas antipessoal, tornando-se assim o primeiro a ser incluído na lista de produtores desde que o Monitor de Minas Terrestres começou, em 1999.

+BANIMENTO GLOBAL DO COMERCIO DE MINAS ANTIPESSOAL

O comércio global de minas antipessoal encolheu a um nível bem baixo de comércio ilegal ou comércio não reconhecido. Não há confirmações sobre casos de transferências de minas antipessoal, tanto quanto o *de facto* banimento global no comércio que foi intensificado. Vários países fora do Tratado de Banimento das Minas Terrestres estenderam formalmente ou reconfirmaram suas moratórias de exportações de minas antipessoal, incluindo China, Israel, Polônia, Rússia, Singapura, Coreia do Sul, Turquia e Estados Unidos.

+MILHÕES DE MINAS ANTIPESSOAL ESTOCADAS DESTRUÍDAS

Cerca de quatro milhões de minas antipessoal que estavam estocadas foram destruídas desde o lançamento do último relatório Monitor de Minas Terrestres, elevando o total para mais de 50 milhões nos últimos anos.

Outros dezoito Estados Parte do Tratado de Banimento das Minas Terrestres reportaram que concluíram a destruição de seus estoques, destruindo cerca de 10,8 milhões de minas: Brasil, Chade, Croácia, Djibouti, El Salvador, Holanda, Itália, Japão, Jordânia, Macedônia, Moldova, Moçambique, Nicarágua, Portugal, Eslovênia, Tailândia, Turcomenistão e Uganda. Em outros doze Estados Parte está em andamento o processo de destruição dos estoques. Com uma notável exceção, parece que os Estados Parte estão indo de encontro com seus prazos finais de quatro anos para a destruição de minas antipessoal estocadas que começou em março de 2003.

-O CASO DO TURCOMENISTÃO

Turcomenistão reportou que completou a destruição do seu estoque próximo ao prazo final de março de 2003, destruindo quase 700.000 minas num período de dezoito meses. No entanto, também reportou seus planos de reter 69.200 minas para treinamento. A ICBL acredita que 69.200 minas é inaceitável, e também ilegal, número que obviamente não é o “número mínimo absolutamente necessário” como o requerido pelo acordo. A ICBL expressou sua visão de que a retenção de tal número de minas de fato significa que o Turcomenistão não destruiu totalmente seu estoque, e além disso é violação à uma obrigação fundamental do tratado.

-DESTRUIÇÃO DE ESTOQUES DE NÃO ESTADOS PARTE

A Rússia reportou pela primeira vez que mais de 16,8 milhões de minas antipessoal estocadas foram destruídas entre 1996 e 2002, incluindo 638.427 em 2002. Havia previamente reportado a destruição de 1 milhão de minas antipessoal. Ucrânia, um signatário do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, completou a destruição de cerca de 405.000 minas entre julho de 2002 e maio de 2003. Como um sinal de seu apoio ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres, a naquela época não-signatária Belarus (Bielorússia) destruiu 22.963 minas antipessoal PMN-2 em 2002.

-MILHÕES DE MINAS ESTOCADA POR NÃO ESTADOS PARTE

Monitor de Minas Terrestres estima que existam aproximadamente 200-215 milhões de minas antipessoal estocadas em 78 países. Não-signatários só não estocam cerca de 10 milhões dessas minas, incluindo China (estimadas em 110 milhões), Rússia (estimadas 50 milhões), Estados Unidos (estimadas 10.4 milhões), Paquistão (estimadas 6 milhões), Índia (estimadas 4-5 milhões) e Coreia do Sul (2 milhões).

-DIFICULDADE PARA ENCONTRAR A REQUERIDA TRANSPARENCIA NOS RELATORIOS

Quinze Estados Parte não se submeteram a reportarem suas medidas iniciais de transparência como requeridas no Artigo 7 do Tratado de Banimento das Minas Terrestres, incluindo Eritreia, Guiné, Libéria, Namíbia, Nigéria, Serra Leoa e Suriname. Esses estados também não declararam oficialmente a presença ou ausência de estoques de minas antipessoal, e sua complacência com os requerimentos para destruição.

+TRANSPARENCIA VOLUNTARIA REPORTADA POR NÃO ESTADOS PARTE

Nesse período reportado, Letônia e Polônia foram voluntárias para se submeterem a reportarem a transparência do Artigo 7, cada uma revelando detalhes dos seus estoques de minas antipessoal. Grécia também ofereceu publicamente informações pela primeira vez. Esses passos seguiram os exemplos da Bielorrússia, Lituânia e Ucrânia.

+DOAÇÕES CRESCERAM PARA AÇÕES PARA AS MINAS

O fundo de ações para as minas totalizou mais de \$1.7 bilhão de dólares americanos desde 1992, incluindo \$1.2 bilhão desde que o Tratado de Banimento das Minas Terrestres abriu para assinaturas em 1997. Para 2002, o Monitor de Minas Terrestres identificou \$309 milhões em fundos para ação para as minas por mais de 23 doadores, um aumento de 30 por cento com relação ao ano anterior. Em 2001, o Monitor de Minas Terrestres reportou que o fundo global de ação para as minas havia estagnado. A lista dos doadores que aumentaram suas contribuições para ações para as minas em 2002 inclui Japão (\$49.4 milhões gastos), Comissão Europeia (\$38.7 milhões), Noruega (\$25.2 milhões), Alemanha (\$19.4 milhões) e Holanda (\$16 milhões). Austrália, Áustria, Bélgica, França, Itália e Suíça também registraram aumentos. Não Estados Parte Grécia e China também aumentaram a assistência

significativamente. Um doador – Japão – é responsável por cerca de metade do aumento das doações para ações para ações anti-minas em 2002.

-QUEDA DE DOADORES PARA FUNDOS DE AÇÕES PARA AS MINAS

Quatro dos maiores doadores reduziram o fundo para ações para as minas: Estado Unidos (reduziu \$5.5 milhões); Dinamarca (reduziu \$3.8 milhões); Suécia (reduziu \$2.6 milhões); e Reino Unido (reduziu \$1.4 milhão).

+AUMENTO DE FUNDOS

Dentre os países afetados pelas minas, o maior aumento no fundo para ações para as minas em 2002 foi registrado no Afeganistão (aumento de \$50 milhões), Vietnã (\$12 milhões), Angola (\$7.7 milhões), Camboja (\$6.3 milhões) e Sri Lanka (cerca de \$5.5 milhões). Entre os que mais receberam verbas não foram reportadas quedas significativas, exceto em Kosovo.

-NECESSIDADE DE MAIS FUNDOS

Mais que dois terços do aumento do fundo em 2002 foi para um único país, Afeganistão. Aumentos cada vez maiores em fundos para ações para as minas serão necessários no futuro para enfrentar completamente o problema global das minas e para capacitar Estados Parte do Tratado de Banimento das Minas Terrestres de encontrar os prazos de dez anos para a limpeza de áreas com minas.

+EXPANDIR PROGRAMAS DE AÇÕES ANTI-MINAS

O número de países que reportaram operações de limpeza de minas aumentou em 2002, e houve substanciais aumentos no número de áreas limpas em muitos países. O Monitor de Minas Terrestres tem registrado ações de limpeza humanitária de minas em pelo menos 35 países e instâncias de limpeza limitadas de áreas com minas em 32 países. Costa Rica se declarou livre das minas em dezembro de 2002. Acordos de paz e cessar-fogo em Angola, Sri Lanka e Sudão capacitaram a expansão de atividades de limpeza de minas. O Monitor de Minas Terrestres registrou programas educativos sobre o risco das minas em 36 países em 2002 e 2003.

-AINDA HA MUITOS PAISES AFETADOS PELAS MINAS

A pesquisa do Monitor de Minas Terrestres identificou 82 países que são afetados em algum grau pelas minas e/ou por artefatos não detonados, dos quais 45 são Estados Parte do Tratado de Banimento das Minas Terrestres. Nenhuma ação de limpeza de minas foi registrada em 1 dos países afetados pelas minas, e nenhuma ação educativa sobre o risco das minas foi realizada em 25 países.

+REDUÇÃO DE NOVAS VÍTIMAS EM ALGUNS PAÍSES

A taxa registrada de casualidades com minas declinou em 2002 na maioria dos países afetados pelas minas terrestres. Onde houve um aumento registrado em 2002, isso geralmente parece estar relacionado a movimentos populacionais entre áreas afetadas (Camboja), ou para um novo ou estendido conflito (Índia e Palestina). Em outros países afetados pelas minas, o aumento parece ser largamente o resultado do melhoramento da coleta de dados: Burma, Chade, Guinéa-Bissau, Irã, Iraque, Jordânia, Republica da Coreia, Paquistão e Tailândia. É provável que existam entre 15.000 e 20.000 novas casualidades com minas a cada ano, uma redução significativa na taxa de 26.000 novas casualidades que permaneceu durante muitos anos. No entanto, a falta de registros confiáveis em alguns países e o cálculo por baixo das casualidades em muitos países tem que ser do conhecimento publico.

-CONTINUAÇÃO DAS CASUALIDADES SIGNIFICA MAIS VITIMAS DAS MINAS PRECISANDO DE ASSISTENCIA

Em 2002 até junho de 2003, houveram novas casualidade reportadas em 65 países: a maior parte (41) desses países estão em paz, não em guerra. Apenas 15 por cento das casualidades reportadas foram identificadas como sendo de vítimas militares. Em 2002, o maior número de novas casualidades reportadas foram encontradas em: Chechênia (5.695 casualidades registradas), Afeganistão (1.286) Camboja (834), Colômbia (530), Índia (523), Iraque (457), Angola (287), Chade (200), Nepal (177), Vietnã (166), Sri Lanka (142), Burundi (114), Mianmar (114), e Paquistão (111). Números significativos (mais de 50) de novas casualidades também foram registradas na Bósnia e Herzegovina, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Geórgia, Laos, Palestina, Senegal, Somália e Sudão.

-ASSISTENCIA INADEQUADA AOS SOBREVIVENTES DAS MINAS

Em muitos países afetados pelas minas a assistência disponível para encaminhar os cuidados que as vítimas requerem é inadequada e pareceria que assistência vinda de fora é necessitada para oferecer os cuidados e a reabilitação dos sobreviventes das minas. Nesse período reportado, o Monitor de Minas Terrestres identificou pelo menos 48 países afetados pelas minas onde um ou mais aspectos de assistência são reportadamente inadequados para atender às necessidades das vítimas das minas.